

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITARIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME II

XLIV

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

MODELO DE APLICAÇÃO DO MÉTODO ESTRUTURALISTA GENÉTICO À ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA NACIONAL (*).

NILO ODALIA

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP).

I

Em primeiro lugar, o que motiva este trabalho é a preocupação de contribuir, direta e indiretamente, ao esforço que se faz, em certos círculos intelectuais, em buscar as origens e as características do que se pode chamar de pensamento brasileiro. Pretendia evitar as insuficiências e os escolhos de uma simples negação ou afirmação a respeito da existência de tal pensamento. Tanto uma como outra posição são fáceis de ser assumidas; contudo, basicamente, elas se constituem a partir de uma análise conteudística das obras literárias, filosóficas ou históricas. O conteúdo comum não representa, para o pensamento reflexivo, o elemento chave de afirmação ou negação da existência de um pensamento brasileiro. A existência de uma comunidade conteudística não significa, nem obriga, identificar-se seus elementos como a expressão de um pensamento comum e autônomo, para não se dizer original. A obra é a expressão de um conjunto de fatores, os quais devem ser distinguidos e esclarecidos, através de uma análise das relações que se estabelecem entre ela e o autor, o grupo social a que este pertence, a sociedade em que ambos se inserem, os elementos culturais condicionantes, etc. Tal análise não pode situar-se apenas ao nível de uma relação unívoca, isto é, da obra para os fatores condicionantes, mas destes para aquela e, também, dentro das possibilidades, uma análise que permita estabelecer as relações que vigem entre os fatores condicionantes. Em poucas palavras, a análise deve se si-

(*) . — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, Equipe A, no dia 9 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*) .

tuar ao nível de um jôgo de relações, uma combinatória em que a obra é o ponto de partida.

A realidade primeira com que o historiador das idéias tem que se haver é a obra, que é vista como um evento, cujo significado não lhe é dado de imediato. Este é um evento a ser constituído, de tal forma que se quisermos estabelecer um paralelo entre uma leitura crítica e uma leitura comum, diríamos que nesta a obra irrompe como um evento constituído, como um universo claro e delimitado, que se lhe impõe com a força de uma necessidade; enquanto que para aquela, a obra é sempre um evento a constituir, uma tarefa a realizar. Na medida em que é um evento a constituir, cabe ao pensamento crítico formular as perguntas que serão satisfeitas pela obra. Ora, em nosso caso, o problema central é tentar esboçar o que seja um pensamento brasileiro, de cu'a existência — como premissa inicial — pode-se duvidar, por não se possuir de antemão um paradigma, que nos possibilite indicar com satisfatória segurança quais as obras representativas dêsse pensamento. Impõe-se de qualquer maneira um critério de seleção, o qual deve ser compatível com a natureza do objeto de estudo. Se arbitrário, inicialmente, o critério deve legitimar-se no desenvolvimento da pesquisa, pois entre êle e a obra se estabelece um vínculo de contrôle recíproco, do qual êle deve emergir razoavelmente fundamentado.

Deve notar-se que, até o momento, limitamo-nos a falar em termos gerais e vagos a respeito de pensamento brasileiro, o que se justifica como medida preliminar de equacionamento do problema. Daqui em diante, podemos deixar essa forma genérica, para adotar uma forma mais próxima da dimensão real de nosso objetivo.

Fundamentalmente, o que nos preocupa é tentar reconhecer como na historiografia de origem brasileira se manifestam ou deixam de se manifestar características, que podemos relacionar com algo ainda indefinido que é o pensamento brasileiro. Nosso trabalho, portanto, e nossas preocupações se voltam e se limitam a um aspecto particular desse campo mais vasto de pesquisa, com a esperança e o propósito de que trabalhos semelhantes em campos paralelos da criação literária ou filosófica, possam conduzir à identificação do que é o pensamento brasileiro.

Em segundo lugar, cabe justificar também porque estudar autores do século XIX, pois poderia parecer mais lógico e pertinente estudar o pensamento histórico brasileiro tal qual êle se revela neste século XX. Nossa opção recaiu sôbre o século XIX por dois motivos, a saber:

1º). — A primeira razão pode ser consubstanciada numa frase de Hegel, citada por Lucien Goldmann —: “O problema da história é a história do problema”. Aparentemente, ficaria desprovido de sentido buscar identificar a expressão desse pensamento, no século XX, quando nos faltam estudos a respeito de sua própria origem. Por outro lado, ao ser colocada a questão dessa forma, parece que penetramos num beco sem saída, pois ao levar tal raciocínio às últimas conseqüências, seríamos obrigados a retroagir nossas pesquisas aos primeiros séculos de nossa história. Essa alternativa se torna insubsistente em virtude do que constitui nossa segunda razão.

2º). — Segundo Eduard Fueter (*História da la Historiografia*) tôda historiografia tem sua origem na ocorrência de um fato histórico que marca profundamente uma sociedade. É a revolução de 1848 que abre as portas para que se constitua uma historiografia de caráter social; o componente social e sua função dentro do processo histórico é descoberto, a partir de uma experiência vivida pela sociedade.

No caso brasileiro, não é difícil justificar que o grande acontecimento histórico, que altera e sacode de maneira violenta a sociedade brasileira, são todos os fatos que se relacionam com nossa independência política. É a partir desse momento que podemos, em verdade, referir-nos a uma sociedade brasileira, cujos desejos, aspirações, sentimentos e ideais já não se identificam e não reproduzem tal e qual os da metrópole. A mudança ocorrida é de tal ordem que se pode rastrear as origens de um pensamento que mesmo não o sendo de imediato, se pretende nacional.

II

OPÇÕES METODOLÓGICAS.

A aplicação de um determinado método deve justificar-se não apenas intrinsecamente, mas deve também corresponder à natureza do objeto estudado e as exigências de sua constituição.

As possibilidades metodológicas são inúmeras, contudo, para efeito de nosso trabalho duas opções se impuseram:

A. — Uma análise estrutural das obras a serem estudadas, cujo objetivo principal seria compreender as relações formais que se podem estabelecer entre seus elementos internos. A obra seria considerada como um universo ou um sistema fechado, cujos elementos se definiriam em função de suas relações recíprocas e em função do conjunto

que constituem. O elemento central de análise seria a de compreender a coerência lógica interna da obra, situando-nos no que Guerroult denominou de “tempo lógico” da obra. Basicamente, êsse “tempo lógico” é um tempo em que lhe falta o caráter de historicidade. A obra é estudada como se a suspendêssemos acima das necessidades e contingências do tempo histórico. A historicidade dêsse método contraria nossas expectativas em tórno de nosso projeto, pois parece impedir que se estabeleça, à base de aproximações com outras obras e com a própria sociedade, as condições necessárias para se constituir o objeto da pesquisa. Por outro lado, sem querer entrar em debate de ordem teórica, mas apenas com a finalidade de acentuar a s insuficiências do método para o trabalho, diríamos que se há possibilidade de se analisar sincrônicamente uma obra, parece-me difícil dizer outro tanto das categorias e instrumentos conceituais que se utilizam. Tanto num como noutro, a historicidade é um elemento que não se pode evitar.

A análise estrutural sincrônica, por outra parte, põe em questão a própria possibilidade de uma história do pensamento, bem como todos os conceitos de que dela derivam.

As objeções feitas em relação ao método não significa eliminá-lo como uma possibilidade, porque as insuficiências apontadas decorrem de que nosso problema não é a obra em si, o autor isolado do contexto em que vive. O método estrutural pode ser utilizado, desde que haja a possibilidade de se vincular os resultados alcançados por seu intermédio com os problemas específicos de uma história do pensamento, na qual êste aparece não como elemento autônomo, mas como a expressão das relações efetivas, que se realizam ao nível da realidade social.

Tentar, por outro lado, utilizar o método estrutural para a partir dêle fazer uma análise comparativa nos levaria a desvirtuar o método e se não bastasse êsse aspecto negativo significaria, também, reduzir o alcance do trabalho e delimitá-lo a uma busca de dependências e influências. O método comparativo forçosamente conduz a análise a inserir a obra numa corrente de pensamento, nacional ou alinígena, a fim de permitir que se estabeleça seu parentesco com outras obras. Assim sendo, como no caso brasileiro não existe, efetivamente, uma tradição cultural, é-se obrigado a localizar as origens de qualquer obra numa tradição que não a nossa e a análise se reduz a uma somatória de influências.

Descartadas as possibilidades de aplicação do método estrutural e com êle do método comparativo, temos que estabelecer as premissas de um método que possa atender as exigências do objeto de estudo.

Qual o sentido de uma história das idéias? O que realmente buscamos quando nos propomos a estudar uma sociedade ao nível de sua produção intelectual? Uma vez definido estes pontos, quais os conceitos operacionais que deverão ser utilizados na elaboração dessa história? São perguntas que deveremos fazer-nos, previamente, à execução do estudo e que mesmo respondidas antecipadamente, deverão estar sempre presentes para que as possamos controlar na medida em que progride a análise.

Segundo nosso modo de ver, uma história das idéias ou do pensamento possui significado quando nela procuramos a maneira pela qual uma determinada sociedade, ao nível teórico, intenta responder às solicitações e problemas criados pela prática da vida diária. Uma criação espiritual é a busca de uma resposta mantenedora, regenerativa ou originária de um equilíbrio que a complexidade e multiplicidade das relações sociais requerem. Ela é uma forma de consciência, a mais refinada e elaborada. É, no dizer de L. Goldmann, o máximo de consciência possível em relação à consciência relativa que se revela na prática diária dos homens em sociedade. Assim entendida a história das idéias não é apenas o estudo evolutivo de um pensamento, de suas origens até um presente qualquer mas é, fundamentalmente, um quadro em que a sociedade emerge como um todo.

B. — As considerações anteriores permitem, agora, explicitar as razões pelas quais optamos pelo método do estruturalismo genético, elaborado por Lucien Goldmann.

Dada a relativa inutilidade de um trabalho que fôsse apenas o estabelecimento de um jôgo de influências, pois neste caso as conclusões seriam mais ou menos óbvias, o essencial é tentar abordar a obra como um significante, cujos possíveis significados devem ser explicitados na interrelação obra e sociedade (grupos sociais). Obra e sociedade, dessa maneira, se iluminam mutuamente, possibilitando compreender-se a primeira como uma tomada de consciência dos grupos sociais em relação aos problemas práticos e concretos existentes na realidade social. A obra deixa de ser um feixe de relações formais internas, para se converter num instrumento de desvendamento da maneira pela qual os homens assumem e conceitualizam a situação concreta em que vivem.

Para o pensamento histórico, êste tipo de abordagem e constituição de seu objeto é rico, por permitir explicitar, ao nível ideológico, de que maneira a realidade social é entendida pelos diversos grupos sociais; de outra parte, na inexistência de estudos específicos da atuação de tais grupos (o que em grande parte é o nosso caso), êsse tipo de análise pode servir de indicador de situações, cujo estudo efetivo,

através da história social, política, etc., pode ser realizado partindo-se de suas conclusões.

Em resumo, o método a ser utilizado deve permitir o estudo da obra, não em termos de originalidade, em relação a uma tradição cultural já existente, brasileira ou ocidental, mas como instrumento que permita cortes na sociedade brasileira, a fim de se compreender como os diversos grupos sociais atuam e quais são os princípios norteadores dessa atuação.

O estruturalismo genético de L. Goldmann corresponde a tais necessidades, pelo que passamos a sumariar seus pontos essenciais.

A análise estrutural, sobre a qual tivermos oportunidade de falar anteriormente, é uma análise sincrônica, cuja inspiração é da origem sausseriana. Nela o que prepondera, em prejuízo da história, é a idéia de sistema, o qual deve ser entendido como um conjunto de elementos que se definem por suas relações recíprocas e com o próprio conjunto. As condições históricas em que surgem os sistemas são negligenciáveis, pois estes não se definem por suas origens, mas pelas relações internas do próprio sistema. Assim a história é eliminada em prol da estrutura ou do sistema.

A preocupação de Lucien Goldmann é a de conciliar as exigências da análise estrutural com as exigências da análise histórica. Para tanto, considera êle a análise estrutural como uma tarefa preliminar, a qual designa pelo nome de compreensão. Compreender uma obra é analisá-la sob a forma das relações que se estabelecem entre seus elementos e o próprio universo ou sistema que é a obra. A compreensão consiste numa totalidade relativa, cuja explicação se situa numa totalidade mais ampla, que a envolve e justifica. Assim, na obra de L. Goldmann, *Dieu Caché*, as obras de Pascal e Racine podem ser compreendidas, quando as situamos em relação ao jansenismo, porém sua explicação só é possível se as ligarmos à *noblesse de robe*.

Segundo Lucien Goldmann

“todo comportamento humano é uma tentativa de dar uma resposta a uma situação particular e tende por isso mesmo a criar um equilíbrio entre o sujeito da ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, o mundo ambiente”. (*Sociologia do Romance*).

De acôrdo com essa premissa, a obra se constitui numa resposta cuja finalidade é a de criação de um equilíbrio, cuja recessidade é sentida pelo sujeito da ação nas suas relações com o mundo social ou na-

tural. Criação de equilíbrio significa a existência de dois tipos específicos de processos, isto é, processos de estruturação, quando o sujeito da ação busca um equilíbrio perdido, ou o seu complementar os processos de desestruturação quando se detectam os momentos de desequilíbrio.

Não se pode confundir a posição de Lucien Goldmann, sob pena de fraudar seu pensamento, quer com o esquematismo da psicologia behaviorista, quer com o sociologismo, combatido justamente por êsse autor. Goldmann escapa do esquematismo behaviorista pelo fato de que a relação estímulo (situação particular) — reação (criação de equilíbrio) não se dá em termos de uma causalidade mecânica, mas pressupõe uma atividade positiva do sujeito da ação, a criação e a elaboração da resposta. De outra parte, Goldmann foge do sociologismo, o qual explica tôda criação espiritual tão apenas como um *reflexo* da sociedade, através do componente original que aporta à obra seu criador individual.

Para Goldmann, o sujeito da ação não se deve confundir com o sujeito individual, pois se se pretende explicar a obra como a resultante de uma estrutura mental individual, essa pretensão jamais será possível, porque a psicologia individual é irreduzível a elementos gerais que permitam vincular positivamente a obra a componentes psicológicos determinados. Um indivíduo, por pertencer a diversos grupos sociais, apresenta uma estrutura mental de tal forma complexa que seria impossível estabelecer uma relação direta e imediata entre os componentes dessa estrutura e a estrutura da própria obra. Ora, tal não se dá quando consideramos não o indivíduo, mas o grupo como tal, porque o comportamento dêste não é analisado a partir de cada um de seus elementos, mas das relações que se estabelecem entre elas enquanto grupo. No próprio exemplo de Goldmann, nós não podemos precisar se Antônio, João ou Pedro irão morrer ou se casar no próximo ano, mas desde que os reduzamos a um determinado grupo, é possível estabelecer-se o comportamento dêsse grupo em relação ao fenômeno que se pretende analisar. Pressupõe, portanto, Goldmann a existência de uma homologia entre a estrutura mental do grupo e a estrutura do universo da obra, de forma que se considera como verdadeiro sujeito da ação não o indivíduo, mas o grupo social, a que se encontra vinculado de fato ou por adoção. Entenda-se por adoção a possibilidade de um autor pertencer efetivamente a um certo grupo social, mas sua obra representa, ao nível intelectual, as pretensões, ideais de um outro grupo social qualquer.

O papel desempenhado pelo autor é o de captar as tendências do grupo social e elaborar a partir dessas tendências uma visão do mundo,

que corresponde, na prática, aos fins (ideais, projetos, sentimentos, etc.) para os quais se encaminha o grupo.

Em resumo, o agente criador de uma obra é o grupo e a função do escritor é elaborar a visão do mundo do grupo, o qual lhe fornece os elementos constitutivos na forma de tendências, que êle realiza no plano da obra.

III

Dadas as premissas sôbre as quais repousa nosso trabalho, resta agora mostrar, sucintamente, os resultados a que chegamos pela análise da obra de Varnhagem.

1). — Dentro do raciocínio já exposto do E. Fueter, o fato histórico que possibilita a emergência de um pensamento historiográfico brasileiro é, sem dúvida, a independência. Os esforços dos grupos sociais, durante o século XIX, serão no sentido de preservação dessa independência. Embora outros historiadores existam no período logo posterior a independência, cuja preocupação é o estabelecimento de uma historiografia nacional, sem dúvida, é Varnhagem quem melhor encarna e realiza essa aspiração;

2). — a independência se impõe desde logo como um fato político, cuja consolidação definitiva será dada como a consequência natural da organização do estado brasileiro e das condições sociais que possibilitam o surgimento da nação.

3). — quando se fala em nação, deve-se ter em conta que por nação se entende não sômente a existência uma massa territorial, de uma língua comum, etc., mas também pressupõe outros componentes mais sofisticados, entre os quais uma consciência de si mesma. Esta se traduz na busca de valores que sejam a representação da nacionalidade. Os valores não podem ser simplesmente a transposição dos valores que vigiam na metrópole, devem ser buscados e elaborados dentro de nossa história e devem responder às exigências das novas condições. Uma volta ao passado é um procedimento normal e reproduz, aqui, o mesmo movimento dos historiadores românticos no sentido da busca de seus valores, da origem dos mesmos, na Idade Média. Em ambos, é o passado que tem a incumbência de legitimar os valores que uma situação revolucionária exige para se legitimar e fundamentar.

4). — Esboça-se assim uma certa visão do mundo que tem como centro o projeto da constituição de uma nação, cujos valores de-

vem fundamentar-se na história brasileira e nos elementos que fizeram essa história.

5). — Essa visão do mundo, implícita na atuação dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, tem como seu polo de irradiação e concretização o poder político. Este é, sem dúvida, o elemento-chave que pode conduzir a nação em formação a busca de seu destino. A preocupação era, portanto, a de organizar e manter estável uma estrutura de poder em condições de levar a termo o projeto. A forma monárquica centralizadora corresponde cabalmente a êsses desígnios e o problema que se coloca para os diversos grupos sociais é o de se insinuar junto a êle com a finalidade de influenciá-lo em suas decisões.

6). — A relativa homogeneidade da sociedade brasileira impede que a analisemos em termos de classes sociais, pois estas não chegam a se definir. Contudo, nada impede que a análise seja feita em base de grupos sociais que circulam e se alternam na condução e na influência exercidas sobre o poder político. Mesmo entre êsses grupos a homogeneidade é muito grande, por não conduzir suas divergências a um rompimento com o poder, nem a colocá-lo seriamente em perigo. A atitude dêsses grupos é a de procurar a legitimação do poder, através do reforçamento de certos aspectos exteriores da forma do poder, por exemplo todo poder monárquico implica na criação de uma côrte e numa aristocracia (veja-se em Varnhagem a preocupação de justificar a aristocracia de serviços); ou tentar influenciar o poder político de maneira a fazer prevalecer seus interesses de grupo. Sòmente quando se encontra bastante adiantado o IV século de nossa história, podemos notar a presença de alguns grupos sociais que começam a pôr em xeque a estrutura do poder.

7). — Talvez seja possível vincular-se a emergência de uma historiografia regional, em oposição a essa historiografia geral, representada por Varnhagem, a um movimento de contestação ao poder centralizador monárquico.

Evidentemente, que tais elementos deverão ser melhor explicitados, mas êste deve ser objeto de trabalho em que estamos empenhados e que pensamos num futuro não muito remoto, completar.

*

* *

INTERVENÇÕES.

Das Profas. *Zilda Zerbini Toscano e Helena Pignatari* (FFCL/PUC/São Paulo).

Dizem:

Ambas as categorias: uma ao nível do acontecimento histórico, outra ao nível do pensamento, da análise do historiador padecem de historicidade. Daí perguntam:

1). — Na história do pensamento, então na segunda categoria, o historiador escolhe o modelo? Os modelos podem servir ou não, mais ou menos à interpretação do acontecimento? Ou o historiador se fixa, numa linha só (por posição filosófica)?

2). — No entender do Autor a história não é preferencialmente a análise, o pensamento ou modelo do historiador, mais do que os dados da “conteudística”?

3). — Em que situação se está agora no Brasil em relação a essa categoria de estudo na história? São poucos os trabalhos escritos que parecem estabelecer análise nêsse nível de história. Que perspectivas o Autor vê de uma evolução no estudo da história nesse sentido, haja visto que lhe parecem um estágio ainda inicial pelos trabalhos apresentados no Simpósio.

*

Do Prof. *Fernando Antônio Novais* (FFLCH/USP. São Paulo).

Fêz diversas considerações sôbre o assunto da Comunicação, principalmente em tórno dos seguintes tópicos:

1). — A visão do mundo a que liga Varnhagem no contexto da criação de uma nação;

2). — Em Goldmann a conexão se fêz a partir da estrutura da obra: a *Visão Lógica e Paradoxo*;

Finalizando as suas considerações, pergunta: Qual a estrutura da História de Varnhagem? (*).

(*) . — O Autor deixou de remeter, por escrito, à presidência da sessão, as respostas dadas às interpelações, no plenário (*Nota da Redação*).